

Tesouro não libera URP ao Congresso

O Tesouro Nacional decidiu não liberar os recursos para pagar o reajuste de 26,05% relativo à extinta URP aos parlamentares e funcionários do Congresso Nacional, correspondentes aos meses de março a junho de 88 e fevereiro e dezembro de 89. Por isto, o pagamento de 30% do valor total, que havia sido garantido pelo presidente do Senado, Mauro Benevides, na última semana, aos representantes dos servidores, foi concedido, ontem, na forma de "adiantamento remuneratório". "Como a matéria está subjudice no STF, ainda não foi possível qualquer definição sobre o assunto", justificou o senador.

Benevides disse que somente os cinco mil servidores do Senado fizeram jus à concessão, excluindo, portanto o reajuste aos políticos que exerciam mandatos de senadores na época das correções pleiteadas. "Não tem sentido do ponto de vista ético cogitar tal pagamento, especialmente depois que os parlamentares receberam Cr\$ 10 milhões de ajuda de custo devido a convocação extraordinária". Ele acredita que, mesmo que a URP já tenha sido paga aos ministros de tribunais superiores como o TCU, TST, STJ e STM, nenhum senador irá reivindicar o benefício.

Apesar da Unidade de Referência de Preços ser um direito adquirido, vitorioso em primeira instância, e que já contemplou funcionários de vários órgãos do Judiciário e Executivo, como destaca o presidente do Sindilegis, Mauro Dantas, o presidente do Senado afirmou ser muito difícil pagar os 70% restantes, ainda este ano. "Não temos dotação orçamentária para isso, mesmo após uma decisão favorável do Judiciário em segunda instância".

Câmara

Os cerca de 7 mil servidores da Câmara que também têm, direito à reposição não terão tão cedo a mesma sorte de seus colegas do Senado. Isto porque o presidente da Câmara, deputado Íbsen Pinheiro, não pretende pagar nem parte de URP aos funcionários da Casa. Preferindo não arriscar suas chances de disputa à prefeitura de Porto Alegre, ele prefere aguardar uma decisão final da Justiça do Trabalho a respeito da questão, segundo informações de assessores da Mesa da Câmara.

Apesar da oposição de Íbsen Pinheiro, o presidente do Sindicato dos Servidores do Legislativo confia em uma decisão favorável do deputado, nos moldes da concessão do Senado, quando o presidente da Câmara retornar, na próxima segunda-feira. (SB)